

ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NOS DIVERSOS E COMPLEXOS CONTEXTOS DE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Marcos Tadeu Garcia Pattera (UFPB) *
Silvestre Coelho Rodrigues (UFPB) **

Resumo

O artigo aborda as diferentes complexidades com as quais o psicopedagogo se depara nos contextos institucionais escolares. Baseando-nos em diversos autores, cruzamos informações a fim de levar conhecimento aos profissionais de Psicopedagogia, sobre a difícil tarefa de lidar com as dificuldades de aprendizagem, dentro da escola.

Palavras-chave: Psicopedagogo. Dificuldade de Aprendizagem. Instituição Escolar. Psicopedagogia Institucional.

Introdução

A Psicopedagogia Institucional abrange as áreas de saúde, educação e empresarial. Na instituição de saúde visa fornecer subsídios que permitam o diagnóstico precoce da problemática escolar, tendo como contraposição as reflexões e análises críticas, a sociedade e a ideologia, na perspectiva de alternativas de solução e indicação de propostas, que auxiliem no redimensionamento da compreensão dos processos psicopedagógicos, para conseguir intervir, adequadamente, no contexto onde se realiza a práxis da psicopedagogia.

A psicopedagogia no âmbito institucional nas instituições de ensino (educação) tem em seu propósito tratar a aprendizagem de uma forma inteira, considerando a escola como responsável por grande parte da formação do ser humano. O trabalho do Psicopedagogo na instituição escolar tem um caráter preventivo no sentido de procurar

* Psicopedagogo (UFPB) do setor de Reabilitação Auditiva do Hospital Militar General Edson Ramalho - HMER/JP-PB, diretor científico da AME/PB. marcos.pattera@gmail.com

** Mestre em Educação, Graduado em Sociologia e professor no curso de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba UFPB. silvestrerodrigues@hotmail.com

criar competências e habilidades para solução dos problemas. Com esta finalidade e em decorrência do grande número de crianças com dificuldades de aprendizagem e de outros desafios que englobam a família e a escola, a intervenção psicopedagógica ganha, atualmente, espaço nas instituições de ensino.

O envolvimento significativo do aluno no processo de aprendizagem refere-se ao seu papel ativo, sua motivação para investigar, explorar e compartilhar suas descobertas frente ao grupo, procurando a construção significativa de seus conhecimentos. O psicopedagogo institucional deve agir como indutor da aprendizagem significativa; deve ir além da simples transmissão de conteúdos; ele deve traçar estratégias e situações que motivem o aluno, na perspectiva de aquisição de conhecimentos relevantes às suas necessidades.

No cotidiano das salas de aula, é possível perceber alunos com dificuldade de aprendizagem na leitura e escrita. Enquanto alguns aprendem a ler e escrever sem apresentar nenhuma dificuldade e se adaptam a qualquer método utilizado, outros necessitam de mais atenção e cuidado especial, para desenvolver a mesma atividade.

Partindo do pressuposto de que a aprendizagem não pode ser vista como algo isolado e único no espaço da sala de aula, faz-se necessário que o trabalho educacional transcenda os muros da escola, com práticas educativas que enlacen o contexto social do aprendiz, proporcionando-lhe condições que possibilitem o desenvolvimento da capacidade de criar. Através da ação educativa, o meio social exerce influência sobre os indivíduos e estes, ao assimilarem essas influências, tornam-se capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora em relação ao meio social.

Em situação de Dificuldade de Aprendizagem (DA), o profissional de psicopedagogia institucional tem o intuito de observar, analisar e idealizar tentativas de sanar as dúvidas que cerquem a problemática sobre as dificuldades de aprendizagem, enfocando tanto as características do aluno, quanto do professor, assim como os demais atores envolvidos, direta ou indiretamente na educação das crianças que frequentam a instituição de ensino, já que todos são peças-chaves para compreender o contexto da aprendizagem.

A instituição escolar

A escola é uma instituição extremamente complexa. Sua função tradicional é a de facilitar a inserção do indivíduo, no mundo social. O indivíduo deve aprender as formas de conduta social, os rituais e as técnicas para sobreviver. Ao longo do tempo, as funções da escola foram sendo ampliadas, passando a abranger outras, tais como cuidar das crianças enquanto os pais trabalham, socializar, colocando as crianças em contato com outras e ensinando normas básicas de conduta, aquisição de habilidades básicas como ler, escrever, expressar-se, lidar com a aritmética e com os conhecimentos científicos, orientação às crianças nos ritos de passagem para a adolescência, visto que é uma fase bastante difícil, devido às mudanças biológicas e psicológicas que ocorrem no organismo.

Educação deve contribuir para que o cidadão seja capaz de entender o mundo que o cerca, para que este não se acomode diante de injustiças e dificuldades, mas tenha condições tanto psicológicas quanto cognitivas de transformar o que for necessário na sociedade para que ela seja, verdadeiramente, igualitária. (FREIRE, 1996, p. 31)

Um dos grandes desafios das escolas, atualmente, é saber lidar com a criança que apresenta dificuldade na aprendizagem escolar. Em seu despreparo, a escola pode desencadear no aluno mais problemas ainda, e até mesmo agravar os já existentes, reforçando nessa criança, o autoconceito negativo, a desmotivação, o desinteresse e outros mecanismos de defesa, como a indisciplina, rebeldia ou agressão, que utilizam para justificar a sua incompetência diante da aprendizagem escolar, acreditando-se incapaz de internalizar esses conhecimentos.

Segundo Bossa (2000), a aprendizagem se inicia já nos primeiros instantes de vida do bebê, quando este aprende o que é necessário para garantir a sua sobrevivência, como mamar, andar, falar, pensar. Para a autora “a aprendizagem e a construção do conhecimento são processos naturais e espontâneos na espécie humana” (BOSSA, 2000, p. 43) e que a aprendizagem escolar também deve ser assim. Caso contrário, alguma coisa deve estar errada.

Muitas das crianças trazem problemas familiares para a escola, em sua maioria são filhos de pais separados e relatam uma vivência, na qual estão sujeitos a adquirir a “Síndrome de alienação parental (SAP)”¹ e demonstram de forma reflexa a DA.

[...] um transtorno que surge principalmente no contexto da disputa da guarda e custódia das crianças. A primeira manifestação é a campanha de difamação contra um dos pais, por parte do filho, campanha sem justificação. O fenômeno resulta da combinação de um sistemático doutrinação (lavagem ao cérebro) por parte de um dos progenitores, e das próprias contribuições da criança, destinadas a denegrir o progenitor objeto desta campanha. (GARDNER, 1987, p. 4)

Nenhuma associação profissional reconheceu a SAP como uma síndrome médica relevante ou como um transtorno mental; ela não está listada no DSM da Associação Americana de Psiquiatria, ou na CID, da Organização Mundial de Saúde. O então presidente do Brasil Luís Inácio da Silva no dia 26 de agosto de 2010, aprovou a lei 12.318 que combate a Alienação Parental. Outra questão de relevância é a da inclusão, onde encontramos diversos tipos de integração. Entre as mais frequentes estão a Síndrome de Down² e Paralisia Mental Leve³ entre outros tipos de deficiência física e/ou mental.

Percebe-se, sob esse prisma, a necessidade do psicopedagogo na escolha de material didático e metodológico de ensino no emprego de exercícios e provas adequadas conforme as capacidades físicas e de compreensão do deficiente.

[...] a pessoa com deficiência não tem algo ‘a menos’ que a normal. A peculiaridade do desenvolvimento do deficiente não está no desaparecimento de funções que podem ser observadas na pessoa ‘normal’, mas nas novas formações que se constroem como reação ante a deficiência. [...] as funções intelectuais, não estando igualmente afetadas, conferem uma forma qualitativamente peculiar à deficiência mental. (DE CARLO, 2001, p. 74-75)

Outro ponto são as queixas apresentadas pelos professores de que seus alunos têm dificuldade na compreensão e estruturação de textos, trocam letras, dificuldade de socialização e, às vezes, até agressividade com os colegas para se defender das

¹O termo foi sugerido, em 1985, pelo psiquiatra infantil, Richard Gardner. Quando uma criança, por influência de um dos genitores constrói uma imagem ruim do outro genitor. (GARDNER, 1987)

² Síndrome de Down ou Trissomia do cromossomo 21 é um distúrbio genético causado pela presença de um cromossomo 21 extra total ou parcialmente. Fonte : pt.wikipedia.org/wiki/Síndrome_de_Down

³ Paralisia cerebral ou encefalopatia crônica não progressiva é uma lesão de uma ou mais partes do cérebro, provocada muitas vezes pela falta de oxigenação das células cerebrais. Acontece durante a gestação, no momento do parto ou após o nascimento, ainda no processo de amadurecimento do cérebro da criança. É importante saber que o portador possui inteligência normal (a não ser que a lesão tenha afetado áreas do cérebro responsáveis pelo pensamento e pela memória).

gozações. Essas queixas derivam de diversos e complexos fatores, que vão desde problemas nos vínculos familiares até envolvimento com drogas e delinquência, tornando clara a necessidade de equipes multidisciplinares para agir junto ao profissional da psicopedagogia para tentarem, de forma integrada, auxiliar o aprendiz.

Porém, a interdisciplinaridade, o apoio de outros atores na instituição e a colaboração da família são, a primeira vista, uma utopia e despertam pesadelos na vida profissional do psicopedagogo; a teoria contradiz a prática e o profissional se depara com uma realidade diferente da que aprendeu em suas teorias acadêmicas.

Outro fator de extrema relevância é que, embora a inserção do aluno com deficiência em escolas comuns remonte à década de 1960, com a Lei 4024/61, somente no início do século XXI a legislação sai do papel e se impõe à prática das instituições escolares, através da LDB 9394/96 e do Decreto Legislativo nº 198 de 13 de junho de 2001 que também traz uma abordagem de forma contextualizada no Brasil, debatendo o sistema educacional tomando como referência a Constituição de 1988, que registrou o direito público subjetivo à educação de todos os brasileiros, inclusive os portadores de deficiência, estes preferencialmente junto à rede regular de ensino.

As políticas Públicas

A questão das políticas públicas destinadas aos deficientes tornou-se mais presente em diferentes espaços da legislação educacional da União, Estados e Municípios, em 1989, com a Lei 7.853, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, reafirmando a obrigatoriedade da oferta da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino e o decreto que regulamenta a Lei, publicado dez anos depois (Decreto No. 3.298, de 20.12.99), explicita que os serviços de educação especial serão ofertados nas escolas públicas ou privadas.

Na última década do século XX a expressão “alunos portadores de necessidades especiais” passou a constar nas publicações oficiais do Ministério da Educação (MEC) e de diversos autores brasileiros, chegando-se, muitas vezes, à sua banalização com o uso da sigla PNE. Os alunos são, assim, identificados simplesmente como PNEs e lhes é proposta a Educação Especial (EE) ou agora a versão “politicamente correta” Educação

Inclusiva (EI). Tais expressões eufemísticas, além de inapropriadas, conferem sentido excludente aos educandos.

Em um olhar psicopedagógico percebemos que o princípio de inclusão deve nortear e estimular a prática pedagógica, assegurando a determinados estudantes a possibilidade de serem beneficiados por uma avaliação responsável, pois independentemente de suas condições, têm direito às mesmas oportunidades de realização.

Ao contrário do que se pensa e se faz, as práticas escolares inclusivas não implicam um ensino adaptado para alguns estudantes, mas sim um ensino diferente para todos, em que os envolvidos tenham condições de aprender, segundo suas próprias capacidades, sem discriminações e adaptações.

O psicopedagogo deve atentar ao fato de que, nessa perspectiva, a inclusão escolar vem se pautando em um discurso no qual a equidade de oportunidade como forma de igualar os desiguais remete para o indivíduo toda a responsabilidade de seu êxito ou fracasso escolar, isentando, mais uma vez, a escola e as políticas públicas de quaisquer responsabilidades pelo fracasso e a disseminação dos mecanismos de exclusão social.

Sob esse prisma cabe ao terapeuta psicopedagogo, participar da construção do Projeto Pedagógico Escolar para moldá-lo às novas condições, e também identificar e intervir junto às dificuldades de aprendizagem que esses alunos incluídos possuem ou tendem a possuir nessa nova perspectiva de ensino. O psicopedagogo deve auxiliar as crianças junto às instituições de ensino para evitar que sejam excluídas e/ou sofram discriminações, deve ficar atento aos ditos do célebre Rubem Alves (2002, p. 3): "Nosso sistema de educação dá a faca e o queijo, mas não desperta a fome nas crianças".

A construção de uma escola com qualidade para todos é uma utopia, devendo ser equacionada em suas bases; fica evidente que a inclusão escolar não assegura inclusão social. As crianças especiais devido às novas diretrizes do governo estão vivenciando uma nova situação: a de incluir-se. Sob essa perspectiva, o psicopedagogo tem o dever de auxiliá-las.

O psicopedagogo deve procurar desenvolver no sujeito a confiabilidade em suas ações, por meio de intervenções que auxiliem no processo de ensino/aprendizagem e a

ressignificação das diferentes fases do desenvolvimento. Portanto, cabe a estes profissionais buscarem não só compreender o porquê do sujeito apresentar dificuldade em algo, mas o que ele pode aprender e como (DANTAS E ALVES, 2011).

O psicopedagogo deve buscar meios de avaliar e observar os sintomas, e assim, criar um plano de intervenção que venha a fazer o sujeito autor de sua história. Vitor da Fonseca (1995, p. 112) sabiamente nos lembra:

O ser humano pode modificar-se por efeitos da educação e, ao mudar a sua estrutura de informação, formação e transformação do envolvimento, pode adquirir novas possibilidades e novas capacidades. [...] A criança como ser humano é um ser aberto à mudança, deficiente ou não deficiente, pode modificar-se por efeitos da educação e, ao mudar a sua estrutura de informação, formação e transformação do envolvimento, pode adquirir novas possibilidades e novas capacidades. À criança, pois, a nossa esperança.

Sob esse prisma se faz necessário que o profissional em psicopedagogia tenha em sua formação cursos que o levem a:

1) vivenciar situações para lidar com o próprio aprender e para lidar com o aprender do outro;

2) desenvolver, com propriedade, o uso de recursos específicos, quer para assessorar professores ou outros profissionais em situações específicas de aprendizagem, quer para o atendimento do aprendiz;

3) saber, de forma cientificamente fundamentada, o porque utilizar um ou outro recurso para o aluno com quem está lidando. Por essa razão, os cursos necessitam ter um currículo composto de aulas teóricas e estágios supervisionados, que constituam um espaço de discussão e reflexão teórica sobre a prática.

Partindo do princípio de que a Psicopedagogia tem por objetivo a compreensão das questões relacionadas com a aprendizagem enquanto processo. Subentende-se que este processo envolve questões relativas aos aspectos cognitivos, subjetivos/relacionais, orgânicos; culturais entre outros. Para tanto, é fundamental que o profissional psicopedagogo possua instrumentos apropriados para pesquisar, compreender e promover mudanças no processo de avaliação e de intervenção. Esta abordagem é dinâmica no sentido de que o pesquisador poderá utilizar-se de instrumentos variados, padronizados ou não, mas com o propósito de observar processos e condições de mudança. (RUBINSTEIN, 2011, p. 7)

Considerações finais

É prioritário que, frente a esses princípios, a formação do psicopedagogo propicie formas de ampliar sua percepção e a acuidade às manifestações do ser humano em situação de aprendizagem, considerando as relações que facilitam ou limitam seu ato de aprender. Também é vital que possa assegurar sua atenção à totalidade do sujeito, na situação do ato de aprender, considerando-o no seu contexto, em sua afetividade, valores, hábitos e linguagem; garantindo assim a aquisição de conhecimentos sobre o desenvolvimento do ser humano, teorias de aprendizagem, relações com o outro.

Deve também desenvolver visão crítica sobre as teorias que embasam sua ação em relação ao contexto no qual atua profissionalmente e sobre a utilização dos recursos propostos (instrumentos e técnicas), para o desenvolvimento global do aprendiz, considerando-o em seu meio social específico e em seu momento histórico, tendo o cuidado de perceber quando os recursos científicos e tecnológicos da atualidade estão distanciando o aprendiz de si próprio e de seus significados.

É necessário que o psicopedagogo institucional tenha pertinente, para sua atuação no cenário do século XXI:

- ✓ Uma linha diretriz para lidar com o processo de aprendizagem;
- ✓ O desenvolvimento harmonioso do aprendiz e da consciência do significado de sua ação no contexto onde age;
- ✓ A busca da consciência do que realiza na situação de aprendizagem e o significado do que e porque o faz; isso pode constituir um possível caminho para salvaguardar que o aprendiz (adulto, criança ou jovem) não se perca em um fazer automático e sem sentido de vida.

“Devemos nos convencer de que o objetivo final da educação não é o de aperfeiçoar as noções escolares, mas sim o de preparar para a vida; não de dar o hábito da obediência cega e da diligência comandada, mas de preparar para o agir autônomo” (PESTALOZZI apud INCONTRI, 1997, p. 96).

Referências bibliográficas

ALVES, Rubem. Entrevista publicada na seção "Fala Mestre". **Revista Nova Escola**. Campinas. Maio de 2002.

BOSSA, Nádía. **Dificuldades de Aprendizagem: o que são? Como tratá-las?** Porto Alegre: Artmed; 2000.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica.** 2007. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/> Acesso em 14 set. 2009.

CARVALHO, Marlene. **Guia prático do alfabetizador.** São Paulo, SP: Ática, 2002.

CORREIA, L. M.; Martins, A. P. (2000). **Dificuldades de Aprendizagem – O que são? Como entendê-las?** Biblioteca Digital, Coleção Educação. Porto: Porto Editora. SP: [s.n.], 2001.

DANTAS, V. A. O; ALVES, J. A. A. Dificuldades de leitura e escrita: Uma intervenção psicopedagógica. In: **V Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade,** São Cristóvão - SE, 2011.

DE CARLO, M. R. P. **Se essa casa fosse nossa. Instituições e processos de imaginação na Educação Especial.** São Paulo: Plexus, 2001.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A Inteligência Aprisionada:** Abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artmed; 1991.48,167.

FONSECA, VITOR. **Educação especial: programa de estimulação precoce – uma introdução às ideias de Feuerstein.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GARDNER, Richard. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)?**, 1987. Tradução de Rita Rafaeli. Disponível em: <<http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>>. Acessado em 10/04/2012 as 18h30min.

INCONTRI, Dora. **Pestalozzi: Educação e Ética.** São Paulo: Editora Scipione, 1997

KATO, Mary Aizawa. **O Aprendizado da Leitura**. 5ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, (1999).

KLEIMAN Ângela e MORAES, Silvia E. **Leitura e interdisciplinaridade. Tecendo redes nos projetos da escola**. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um desenvolvimento sócio histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

PESTALOZZI in INCONTRI, Dora. in : **Pestalozzi: Educação e Ética**. São Paulo: Editora Scipione, 1997.

RUBINSTEIN, Edith: Especificidades dos Instrumentos de Avaliação próprios da Psicopedagogia In: Colóquio: “**Especificidades dos Instrumentos de Avaliação próprios da Psicopedagogia**” Publicado por Aprendaki em Eventos Educacionais, ABPp. 2011. Disponível em www.aprendaki.com.br

SMITH, Corine; STRICK Lisa. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z**. Tradução Dayse Batista – Porto Alegre: Artmed, 2001.

SCOZ, B., JUDETH L. *et al.* **Psicopedagoga contextualização, formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

WALLON, H. **As Origens do Caráter na Criança**. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1971.

WEISS, MLL. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A; 2004.

WERTSCH, J. V. (Org.) **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar**. In: VYGOTSKY, L. S. LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (Org.). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1998.

ZUCOLOTO, Karla Aparecida. **A compreensão da leitura em crianças com dificuldades de aprendizagem na escrita** / Maria da Graça Fernandes Branco. – Camp. São Paulo: s/ed, 2000.